



## **Câmara Municipal de Foz do Iguaçu**

ESTADO DO PARANÁ

**COMISSÕES REUNIDAS DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO E DE OBRAS, URBANISMO, SERVIÇO PÚBLICO, ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.**

### **P A R E C E R**

Vem para análise e parecer desta Comissão, o Projeto de Lei nº 197/2023, de autoria do Prefeito Municipal – Mensagem nº 110/2023, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a outorgar Permissão de Uso de imóvel de propriedade do Município de Foz do Iguaçu ao Sindicato de Guias de Turismo de Foz do Iguaçu – SINGTUR-FOZ e à Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu – ADETUR, para uso compartilhado”.

A Matéria visa autorização para que o Chefe do Poder Executivo possa outorgar Permissão de Uso ao Sindicato de Guias de Turismo de Foz do Iguaçu – SINGTUR-FOZ e à Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu – ADETUR, de uma sala anexa ao Centro de Atendimento ao Turista – CAT –, localizada na Avenida das Cataratas, edificada no imóvel objeto da Matrícula nº 55.836, do 2º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis, nesta cidade.

De acordo com o Art. 2º do Projeto, a Permissão de Uso se fará de forma gratuita, pelo prazo de 30 (trinta) anos, em caráter privativo, mediante a condição de que o imóvel cedido seja utilizado exclusivamente para os fins intrínsecos da entidade permissionária, dispostos nos Estatutos Sociais da referida entidade.

Conforme a Mensagem, o Projeto tem por objetivo outorgar Permissão de Uso ao SINGTUR-FOZ e ADETUR, para uso de forma compartilhada entre as entidades, de uma sala anexa ao Centro de Atendimento ao Turista – CAT –, localizada na Avenida das Cataratas, anexa à Secretaria Municipal de Turismo, edificada no imóvel objeto da Matrícula nº 55.836, do 2º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis, conforme relatório fotográfico anexo.

O Sindicato de Guias de Turismo de Foz do Iguaçu – SINGTUR-FOZ – é pessoa jurídica de direito privado, constituído por tempo indeterminado e sem fins lucrativos, para atuação na área de turismo, atendendo o setor profissional de Guias de Turismo e tem o projeto de estabelecer uma estrutura que promova a valorização dos profissionais de guia de turismo em Foz do Iguaçu,





## Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

proporcionando condições de trabalho adequadas, atualização profissional constante e fortalecimento da comunidade de guias.

A Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu – ADETUR é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e tem como finalidade a promoção de atividades culturais e turísticas, a captação e desenvolvimento de novos investimentos e negócios e o desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura e dos serviços turísticos.

Informa o Poder Executivo, que as entidades não recebem subvenção municipal, o que dispensa a exigência contida no § 2º, do art. 2º, da Lei nº 4.577/2017.

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica desta Casa, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

"...

Tecnicamente, deve-se dizer que a doutrina define a permissão de uso como "ato negocial unilateral, discricionário e precário através do qual a administração pública faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público".

Pela definição legal, a permissão de uso pode ser compreendida como ato em que particular utiliza de determinado bem público durante período pré-definido, para fins de interesse público, se comprometendo a observar determinadas condições impostas legalmente.

Hely Lopes Meirelles nos lembra que os atos de permissão de uso são sempre revogáveis "unilateralmente pela administração, quando o interesse público o exigir", considerando-se a natureza precária e a discricionariedade do permitente para "consentir e retirar o uso especial do bem público".

Em nosso município, deve-se registrar a existência de legislação local própria visando regular o instituto, no caso, a Lei nº 4577/2017, que fixa várias condições para tanto.



## Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

A Lei Municipal nº 4 577/2017 estabelece as condições legais para a ocorrência da permissão, em especial em seu artigo 9º, §º único [...]

...

Assim, elenca como demais critérios a precariedade (art.2º), responsabilidade pela conservação do imóvel (art.4º), a utilização para fins institucionais (art.3º), a revogabilidade da permissão (art.11, inciso VIII), e, por fim, a existência de interesse público (§1º, do art.2º).

Em vista ao expediente, percebe-se o cumprimento das condições fixadas pela Lei Municipal nº 4577/2017: a precariedade, que se encontra presente no artigo 2º, do projeto; a responsabilidade pela conservação e manutenção do imóvel, que vem estabelecida no §1º, do artigo 2º; a utilização para fins institucionais, que se encontra presente no caput, do artigo 2º, do PL; e por fim, a revogabilidade da permissão, que vem inserta no artigo 4º, do projeto.

No que se refere aos documentos exigidos do inciso I ao V do artigo 9º da referida lei, estes encontram-se parcialmente cumpridos, visto que o Sindicato dos Guias de Turismo de Foz possui Certidão Positiva de Tributos Municipais, fls. 44/78.

Ademais, urge ressaltar a dispensa da declaração de utilidade pública do Sindicato, visto que se trata da exceção prevista no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº 4577/2017. Já no tange a Agência, destaca-se seu Título de Utilidade Pública - fls. 75/78 - Lei do Estado do Paraná nº 20.547/2021.

Com relação ao interesse público da proposta, deve-se observar que a questão se encontra presente, visto a atuação do Sindicato e da Agência no Município. φ.

...

Ante o exposto, e ainda pelo presente projeto não





## Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

se enquadrar na hipótese do §2º do art. 2º da Lei Municipal n. 4577/17, OPINA-SE pela parcial viabilidade de tramitação do projeto neste organismo, devendo ser, primeiramente, regularizada a situação do Sindicato quanto aos débitos municipais constantes na Certidão Positiva de Tributos Municipais, fls. 44/78, para que o projeto possa ser totalmente viável."

Anexo ao Projeto a Certidão Negativa de Tributos Municipais nº 2145964/2023 emitida no dia 22 de dezembro do corrente ano, declarando a inexistência de débitos tributários vencidos em nome do Sindicato de Guias de Turismo de Foz do Iguaçu – SINGTUR-FOZ.

Isto posto, após a devida análise da Matéria e diante das considerações jurídicas apresentadas, nos manifestamos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 197/2023.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 2023.

CLJR

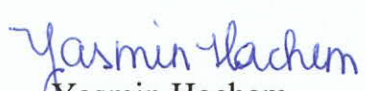
  
**Ney Patrício**  
Presidente/Relator

CEFO

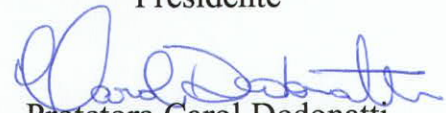
  
**Dr. Freitas**  
Presidente


COUSPEMA


**Kalito Stoeckl**  
Presidente


  
**Yasmin Hachem**  
Vice-Presidente

**Edivaldo Alcântara**  
Vice-Presidente

  
**Protetora Carol Dedonatti**  
Vice-Presidente

  
**Adnan El Sayed**  
Membro

  
**Ney Patrício**  
Membro

  
**Jairo Cardoso**  
Membro